

Canoas, v. 27, n. 1, 2022

 <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.8141>

A Educação Brasileira e a influência do Programa Norte-Americano de Cooperação Técnica Ponto IV na década de 1950

Brazilian Education and the influence of the
North American Program of Technical Cooperation Point IV in the 1950s

Jailma Maria de Lima ¹Marlúcia Menezes de Paiva ²Roselia Cristina de Oliveira ³

Resumo: Este artigo analisa as ações do Programa de Cooperação Técnica e Financeira norte-americano e suas implicações na educação brasileira na década de 1950. O programa foi implementado em regime de cooperação bilateral entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, por meio de acordos que fortaleceram as relações internacionais, congregando metas governamentais que visavam ao desenvolvimento social e econômico em diferentes áreas estratégicas. Para entender como e em que medida se deu a influência desse programa, fizemos uso do conceito de hegemonia de Gramsci (1999) e da ideia de “zona de contato” formulada por Gilbert Joseph (2006), a fim de pensarmos o espaço e a configuração das relações estabelecidas no contexto da Guerra Fria. Encontramos aporte no *corpus documental* do Ministério das Relações Exteriores, Departamento de governo norte-americano e do Ministério da Educação e Cultura. Identificamos, particularmente, um determinado padrão de influência na área da educação, relacionado à formação profissional no ensino técnico, industrial e primário, bem como a valorização do intercâmbio de estudantes e profissionais brasileiros nas instituições norte-americanas. Entendemos que o contexto internacional da inserção do Programa Ponto IV vinculado à política de desenvolvimento nacional possibilitou uma melhor compreensão de suas diretrizes, particularmente o impacto na educação brasileira. Aí se desvela mais claramente a intencionalidade dos Estados Unidos em aplicar uma política hegemônica na América Latina, sobretudo no Brasil.

Palavras-chave: História; Educação; Cooperação Técnica; Influência Norte-americana.

- 1 Professora Adjunta IV – UFRN/CERES – Caicó/RN. Graduada em História – UFRN (1996); Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001); Doutorado pela Universidade Federal Fluminense (2010); Pós-doutorado na Universidade Federal de Campina Grande. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7070010288416835>>. E-mail: <jailma@ig.com.br>
- 2 Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Graduada em Pedagogia pela mesma universidade; Doutorado em História e Filosofia da Educação pela PUC/São Paulo; Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela École des Hautes em Sciences Sociales (EHSS), Paris/França. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2624591870785039>>. E-mail: <mmarlupaiva3@gmail.com>
- 3 Doutoranda – Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED/UFRN. (Bolsista CAPES). Graduada em História (2001) pela UFRN; Mestrado em Educação pela UFRN (2005); Sócia-Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN); Lattes: <<http://lattes.cnpq/4853704836448136>>; <<http://orcid.org/0000-0002-99695839>>; E-mail: <rosecris9.rc@gmail.com>

Abstract: This article analyzes the actions of the North American Technical and Financial Cooperation Program and its implications for Brazilian education in the 1950s. The program was implemented under bilateral cooperation between the government of Brazil and the United States of America, through agreements that strengthened international relations by bringing together government goals aimed at social and economic development in different strategic areas. To understand how and to what extent the influence of this program took place, we made use of Gramsci's concept of hegemony (1999) and the idea of "contact zone" formulated by Gilbert Joseph (2006) to think about the space and configuration of the relations established in the context of the Cold War. We found contribution in the documentary corpus of the Ministry of Foreign Affairs, Department of The United States Government and the Ministry of Education and Culture. We identified, in particular, a certain pattern of influence in the area of education, related to professional training in technical, industrial and primary education, as well as the valorization of the exchange of Brazilian students and professionals in North American institutions. We understand that the international context of the insertion of the Point IV Program linked to national development policy has enabled a better understanding of its guidelines, particularly the impact on Brazilian education. This is more clear that the Intention of the United States to implement a hegemonic policy in Latin America and particularly in Brazil is more clearly unveiled.

Keywords: History; Education; Technical Cooperation; North American Influence.

Introdução

Após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), configura-se uma nova geopolítica mundial estruturada na comunidade internacional capitaneada por dois países: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Uma vez que as duas potências saíram fortalecidas militarmente do conflito bélico, passaram a defender distintas visões para a organização econômica dos seus povos, a partir de concepções capitalistas e socialistas.

Essa disputa denominada Guerra Fria refletiu-se nas relações internacionais, decorrente de estratégia militar e da divulgação de concepções ideológicas dos dois respectivos blocos, culminando na "adesão" dos demais países. A disputa iniciada nos anos 1940 estendeu-se até 1991, com a queda do Muro de Berlim, caracterizando a derrota do mundo socialista.

Nesse período, os EUA haviam estabelecido com os países da América Latina a chamada *política de boa vizinhança*, instaurada mediante diversas ações que ampliaram a sua influência política e cultural no continente. Para Alzira Prado, os Estados Unidos souberam construir "[...] políticas de atuação que garantiam o seu lugar de primazia no continente depois de 1945" (PRADO, 1995, p. 7).

Essa primazia levou os norte-americanos a intensificarem suas ações imperialistas sobre o continente, à medida que as disputas com os soviéticos se acirravam. A criação de organizações internacionais e acordos de cooperação foram algumas dessas ações, objetivando, por um lado, assistência técnica e financeira em diferentes áreas estratégicas, como economia, saúde pública e educação, visando ao desenvolvimento; e, por outro, o controle e a dominação.

Nessa nova dinâmica, a América Latina se constituía um espaço privilegiado para a expansão capitalista norte-americana que, ao mesmo tempo, tentava barrar a ampliação das ideias comunistas lideradas pelos soviéticos. A criação do Programa de Cooperação Técnica Internacional foi anunciada na posse do presidente Harry S. Truman, em 1949.

Na ocasião, além de reafirmar "a América para os americanos", o presidente elencou uma série de medidas focadas na elaboração de um modelo de cooperação para o desenvolvimento de alcance

internacional. O projeto ficou conhecido como “Ponto IV”, por ser o quarto item do seu discurso. Para Truman, as condições de subdesenvolvimento da América Latina deveriam ser superadas a partir de um audacioso programa que possibilitasse o avanço científico e industrial espelhado no desenvolvimento alcançado pelos norte-americanos.

A ideia de desenvolvimento formulada pelos teóricos norte-americanos considerava que as condições de pobreza de países subdesenvolvidos poderiam ser potencialmente perigosas para a segurança e a democracia das nações mais ricas. Disso decorre a importância de estimular o desenvolvimento, combatendo os problemas sociais e investindo na educação. Seu discurso ressalta a ideia de superioridade norte-americana, propagada como a nação referência de desenvolvimento científico e industrial; logo, um modelo a ser seguido.

Ao tomarem para si a responsabilidade de interferirem em países considerados “subdesenvolvidos”, utilizando a cooperação técnica e financeira como uma estratégia de dominação nos países que despertavam para o desenvolvimento econômico e que, porventura, estivessem alinhados ao comunismo, os EUA lançaram mão dos seguintes argumentos:

Mais da metade das pessoas em todo o mundo vive em condições vizinhas à da miséria. Não têm muito o que comer. São vítimas de enfermidades, sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para ela, quanto para as regiões mais prósperas [...]. Deve haver um compartilhamento de conhecimento técnico para as nações que desejam paz, com o intuito de auxiliar no bem-estar da sociedade, além de fazer cooperação como forma de promover o investimento a países que carecem de desenvolvimento (TRUMAN, 1949, p. 139).

No referido discurso, também destacamos seu apoio à Organização das Nações Unidas (ONU); a continuidade dos programas de recuperação da economia mundial; o revigoramento do sistema de proteção denominado *Peace-loving Nations* (nações amantes da paz); e o quarto item, que nos interessa neste trabalho, *Instituição de um programa que visasse à transferência e disponibilização de benefícios surgidos para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas* (TRUMAN, 1949, p. 139).

Dos objetivos do programa vinculados à educação, estavam: a) Melhoria das condições de higiene, nutrição, bem-estar social e educação; b) Ensino técnico e conhecimento necessários ao amparo da economia do país, incluindo os exigidos na administração pública e particular, através de várias modalidades; e c) Treinamento especializado nos Estados Unidos de técnicos brasileiros, nos mais variados ramos de atividades ligadas ao desenvolvimento econômico e social (TRUMAN, 1949, p. 140).

Esses objetivos estavam relacionados ao binômio educação e desenvolvimento, recomendado pelos organismos internacionais para os países do continente latino-americano, os quais foram incorporados pelo governo brasileiro e aplicados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) nos estados da federação nos anos cinquenta.

Vale lembrar que a aproximação dos dois países remonta à década de 1920, com as missões religiosas e a criação de escolas vocacionais nas regiões Sul e Sudeste. Posteriormente, as décadas de 1930-1950 foram marcadas pelo intercâmbio de brasileiros em instituições de ensino superior dos EUA, além da importação de equipamentos para 23 escolas industriais e as viagens dos educadores Lourenço Filho e Anísio Teixeira como professores visitantes do *Teachers College* da Universidade de Columbia, nos EUA (*Section 43*, 1963, p. 6).

Para os limites deste texto, nossa análise concentra-se na implementação do Programa Ponto IV na área educacional, por ser considerada uma das áreas centrais de qualquer sociedade. Em nosso entendimento, a cooperação de recursos técnicos e financeiros seria um mecanismo de interferência direta dos Estados Unidos em países da América Latina, particularmente no Brasil.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é analisar a influência do Ponto IV na educação brasileira durante a década de 1950. Para tanto, analisamos os acordos firmados entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, vinculados à educação. A pesquisa se concentrou no *corpus documental* dos relatórios ministeriais de 1950-1960; no relatório da USAID de 1967 sobre o financiamento e a cooperação técnica dos anos 1950; no relatório da Coordenação do Ponto IV do ano de 1957, contendo o histórico de criação e consolidação do programa; no Catálogo dos Acordos de Assistência Técnica e o Dossiê *National Intelligence Survey Brazil (Section 43), Religion, Education and Public Informacion*, elaborado pela *Central Intelligence Agency* (CIA) em 1963, analisando áreas estratégicas e problemas educacionais brasileiros.

Importante considerar que as ações de cooperação entre os dois países analisados foram estabelecidas a partir da assinatura do acordo do Ponto IV. Seus reflexos na educação brasileira foram duradouros de tal forma, que podemos considerá-los como o ponto inicial de um longo período de influência norte-americana em nosso país.

As parcerias com o Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) nos anos 1960 e 70, respectivamente, foram marcadas pela atuação da Aliança para o Progresso e pelos Acordos MEC-USAID (CATÁLOGO DE ACORDOS BRASIL-EUA, 1957, p. 2-3).

Os acordos e parcerias foram implementados pelo governo brasileiro na educação através de cooperação técnica, envolvendo intercâmbio e financiamento em áreas estratégicas e convênios com estados a partir da imposição de metas e diretrizes.

Na área educacional, deu-se a realização de projetos e ações que contemplavam a educação primária, a educação rural, as campanhas de alfabetização, o ensino superior, passando pela formação profissional e técnica, objetivando a expansão técnica e o controle ideológico, o que implicava combater o avanço das ideias comunistas no Brasil.

Cumprir destacar, também, o interesse em ampliar a economia capitalista, levando em conta o potencial de mercado consumidor e a capacidade do fornecimento de matéria-prima que o país possuía.

Nacional-Desenvolvimentismo, Educação e o Ponto IV no Brasil

A década de 1950 no Brasil foi muito efervescente politicamente, com campanhas eleitorais acirradas e que contaram com grande participação popular. A ampliação do processo democrático e das disputas políticas levaram à polarização e a momentos de graves crises políticas e institucionais, a exemplo de agosto de 1954, que culminou com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, a transição conturbada com o afastamento do vice-presidente Café Filho por motivos de saúde e a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O período também foi marcado pela tentativa de modernização da sociedade, que buscava o desenvolvimento inspirado no modo de vida norte-americano, com a expansão dos meios de comunicação

como rádio e televisão, ampliando o acesso à informação e ao consumo. Esse movimento levou a uma aceleração do processo de industrialização nacional e à abertura da economia ao capital estrangeiro.

Esse processo político, acompanhado da mobilização social pela defesa de interesses coletivos da sociedade brasileira, os debates sobre a criação de empresas públicas como Petrobrás e Eletrobrás e a construção de Brasília, assim como a ampliação do Estado brasileiro na economia, capitanearam as discussões sobre o nacional-desenvolvimentismo. Como afirma Ferreira (2019), o Brasil vivia um processo de organização de grupos,

trabalhadores organizados em seus sindicatos; estudantes em suas entidades; capitalistas manifestando-se em seus órgãos de representação de classe; militares, tanto oficiais quanto sargentos, participando da vida pública; um eleitorado identificado em termos ideológicos e programáticos com os partidos políticos e, sobretudo, o povo nas ruas discutindo política e comprometido com o regime democrático (FERREIRA, 2019, p. 362).

No cenário dos anos 1950, de acordo com Marcelo Cedro (2019), as significativas transformações pelas quais a economia brasileira passou possibilitaram

Sua integração ao capital internacional e [desvelaram] novas possibilidades para o país no cenário mundial. O crescimento econômico permitiu o desenvolvimento de indústrias de base, da produção de energia, bem como a expansão da estrutura rodoviária, dos setores de transportes, de alimentos, de bebidas, de setores químico e farmacêutico, entre outros. [...] Ao ampliar a capacidade industrial existente, disponibilizou-se maior oferta de eletrodomésticos, televisores, materiais plásticos e sintéticos, produtos de limpeza, cosméticos, automóveis e outros bens de consumo que podiam ser adquiridos, sobretudo, pelas camadas médias da sociedade (CEDRO, 2019, p. 206-207).

Caracterizado pela política nacional-desenvolvimentista, o Brasil mobilizava esforços para alcançar o progresso. Para tanto, as relações políticas e econômicas internas e externas buscavam os acordos e convênios que vão aproximar o país das propostas de assistência norte-americanas e das recomendações dos organismos internacionais.

A expansão dos meios de comunicação com o rádio e a televisão possibilitou o acesso à informação e a campanhas de publicidade, que, com “[...] a internacionalização do capital no Brasil abriu caminho para a influência da moda, da gastronomia e de hábitos cosmopolitas, sobretudo de origem norte-americana” (CEDRO, 2019, p. 207). Nesse contexto, as discussões sobre educação brasileira ganharam relevância, tanto pela falta de um amplo acesso à escolarização e os alarmantes índices de analfabetismo apresentados pelo Censo de 1950, como para dar suporte técnico ao processo desenvolvimentista.

As ciências sociais, por sua vez, ganharam corpo e estrutura física, com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cuja entidade, segundo Celso de Rui Beisiegel, trazia o ideário nacionalista, afirmava-se e adquiria o *status* de doutrina oficial do Estado no exato momento em que o país novamente se abria à penetração dos grandes investimentos internacionais (BEISIEGEL, 1982, p. 9). Também foram desenvolvidos projetos vinculados ao INEP e a criação do CBPE, estimulando estudos e pesquisas no âmbito dos estados e municípios brasileiros.

Nesse cenário, ocorreram aproximações entre Brasil-Estados Unidos e as tratativas para efetivar o acordo do Programa Ponto IV, que se estruturava a partir de dois planos: a *assistência técnica* e a *assistência financeira*. A assistência técnica ofertada pelos EUA remontava à década de 1940, com acordos estabelecidos na área econômica e ensinamentos no setor de recursos naturais e aproveitamento da borracha.

Todavia, um novo contorno é desenhado com a assinatura, em 19 de dezembro de 1950, do Acordo Básico de Cooperação Técnica que fixava os princípios e normas da referida cooperação, e, também, em 30 de maio de 1953, com o Acordo Sobre Serviços Técnicos Especiais. Ambos os acordos foram homologados pelo Congresso brasileiro em 30 de novembro de 1959, através de decreto legislativo (CATÁLOGO DE ACORDOS, 1957, p. 2).

Ao entrelaçarmos os fios que se conectam a esse processo de cooperação internacional no âmbito da educação, chama atenção o processo hegemônico norte-americano implementado na América Latina, bem como os projetos e suas finalidades relacionadas ao “[...] exercício do poder e suas respostas aos significados dos encontros interculturais e a interação entre o local e o global”, conforme pontua Joseph (1998, p. 14).

Para este estudo, consideramos pertinente buscar as zonas de contato desses encontros internacionais mediados por acordos e interesses específicos dos dois países, como considera Joseph (2006). Desse modo, ao discutir a noção de Zona de Contato apropriada de Mary Louis Pratt para interpretar como as relações institucionais, as diretrizes e a cultura estrangeira foram recebidas e apropriadas, o autor redefine o conceito como sendo “pensar o espaço em que algumas relações se estabelecem, e mesmo [sendo] desiguais, comportam espaços de negociação e multivocalidade” (JOSEPH, 2006, p. 5).

A implementação do programa no Brasil foi executada a partir da criação de um Escritório, com duas direções representadas pelo governo dos dois países. Os projetos elaborados e executados pelo programa estiveram vinculados às instituições conveniadas e foram solicitados pelos governadores, prefeitos ou representantes de entidades privadas, considerando a política desenvolvimentista formulada naquele cenário.

Dessa sorte, os espaços de negociações criados dessa relação entre os diretores brasileiros e norte-americanos objetivavam o controle do programa pelas vias da seleção, da aprovação e da fiscalização dos projetos, o que, em nosso entendimento, desvelava um processo de interferência e controle estrangeiro no país, caracterizando o processo hegemônico.

O Escritório Ponto IV, para além de uma “zona de contato”, estabelecido por um espaço físico com toda a simbologia que o programa representava para o governo federal, configurava-se um ambiente de negociação envolvendo os diretores dos dois países, os quais atuavam mediante metas e diretrizes dos acordos, bem como influenciados pelas relações de poder e pelas estratégias que funcionavam como engrenagens hegemônicas no país.

Nessa configuração, a educação era determinada pela política internacional e permeada por jogos de interesses políticos locais, haja vista que “[...] as ideias, instituições e outras formas culturais e econômicas são o sedimento bagunçado de intercâmbio anteriores” (JOSEPH, 1998, p. 16). Isso explicaria, de algum modo, que por trás dos programas de cooperação estavam o controle do desenvolvimento dos países e as orientações de combate ao comunismo, pressionadas pelas relações internacionais, especialmente por parte dos EUA.

Ademais, o programa trazia o conceito de desenvolvimento vinculado à ideia de progresso e bem-estar social, envolvimento da proposta de adequar-se à realidade de cada país. Para obter êxito, os EUA assinaram o *Act for International Development* (AID), traduzido como Programa para o Desenvolvimento Internacional, com o objetivo de captar recursos de empresas norte-americanas para interferirem

diretamente nas decisões das Nações Unidas em áreas estratégicas da economia, administração pública, orçamentária e financeira, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, transporte e educação.

Para assegurar a aceitação do programa no Brasil, o governo norte-americano apresentou dados sobre o país formulados em viagens e pesquisas realizadas ao longo das décadas de 1930-1950, registradas no Dossiê *Section-43*, com informações sobre áreas estratégicas. Nele, encontramos uma análise completa da educação do país.

O levantamento do nível de alfabetização e o mapeamento do espaço brasileiro nos mostram nuances de um conhecimento do Brasil por parte dos Estados Unidos, o que consideramos um fator relevante na formulação e na proposição de programas de assistência técnica e financeira relacionando a ajuda externa à política de desenvolvimento para o país.

Os dados referentes ao Censo Educacional de 1950 também apontavam índices preocupantes sobre o acesso à escolarização, renda nacional e analfabetismo, dando conta de que 48,8% da população brasileira com mais de 10 anos eram alfabetizados, além de comparar com dados de 1940, que correspondiam a 44% e 35,1% da década de 1920.

Esses dados fundamentaram as propostas do programa de assistência norte-americano vinculados à educação e a tentativa do MEC de solucionar os problemas apontados no Dossiê 43. O INEP e o CBPE organizaram campanhas de erradicação do analfabetismo e de educação rural, mobilizaram recursos para a construção de prédios escolares e estimularam a formação profissional, ações que tentavam impulsionar a educação dos anos 1950.

Em 1951, as recomendações de organismos internacionais orientaram os países latino-americanos a destinarem atenção à alfabetização de adultos, a priorizarem a educação primária e a organizarem a formação dos professores e técnicos. Nesse sentido, é formulada a proposta de criação de instituições de ensino superior a partir da campanha nacional de melhoria da qualificação de pessoal de nível superior.

Em 1958, um programa-piloto destinado ao desenvolvimento da comunidade através de projetos de educação primária e adulta, em uma campanha nacional tentava erradicar o analfabetismo no país e treinar em regime de emergência professores rurais e líderes comunitários (PAIVA, 2014, p. 14).

No que se refere aos benefícios obtidos pelos EUA com o acordo brasileiro, destacamos contrapartidas como a cessão da base militar de Fernando de Noronha; a isenção de impostos de materiais e equipamentos; a isenção de taxas e exigências relativas a depósitos e investimentos, assim como a isenção de impostos dos funcionários norte-americanos designados para servir no Brasil, e de suas respectivas famílias (RELATÓRIO DA COORDENAÇÃO DO PONTO IV, 1957, p. 5).

Como parte dessas ações, em dezembro de 1950, o embaixador brasileiro Raul Fernandes enviou correspondência para o embaixador dos Estados Unidos, Herschel V. Johnson, confirmando o interesse do governo brasileiro em se integrar ao Programa de Cooperação Técnica:

O Brasil está animado em participar do intercâmbio de conhecimentos técnicos e a cooperação de atividades correlatas que possam contribuir para um desenvolvimento equilibrado e coordenado dos recursos econômicos e a capacidade produtiva do Brasil (RELATÓRIO DA COORDENAÇÃO DO PONTO IV, 1957, p. 7).

Nessa perspectiva, as bases para o desenvolvimento do programa foram delimitadas em zonas de contato (JOSEPH, 1998), configuradas em espaços de organização e execução de atividades técnicas e projetos pela via de intercâmbio de métodos e conhecimentos técnicos norte-americanos.

Em relação aos intercâmbios, o Brasil manteve a cooperação econômica e cultural com alguns países da América Latina e da Europa, como a França e a Itália. Mais que isso, esteve atuante na cooperação internacional desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Dos investimentos implementados no Brasil, o Relatório da USAID demonstra o montante em dólares que correspondiam a US\$ 49.312.000,00 em 1942 (RELATÓRIO DA USAID, 1967, p. 5). Em 1951, Henry G. Bennet, diretor do Programa Ponto IV na América Latina, apresentava ao presidente Harry Truman os primeiros resultados da implementação do Programa na América Latina, reafirmando suas intenções, sob o argumento de que estavam defendendo um “mundo livre”:

O programa é muito necessário. A ameaça de agressão comunista obriga o mundo livre a construir fortes defesas militares. Mas o comunismo não pode ser parado apenas por armas. Uma de suas armas mais perigosas é seu falso apelo às pessoas que estão sobrecarregadas com fome, doença, pobreza e ignorância. O programa o Ponto IV é parte da defesa do mundo livre. É a melhor resposta às falsas promessas do comunismo (TRUMAN, 1951, p. 83).

A ampliação do Programa Ponto IV levou à criação, em 12 de abril de 1955, de uma representação do governo brasileiro para operar a estrutura de Administração da Cooperação Internacional (ACI), ou seja, a inserção de uma missão norte-americana no Brasil, composta por representantes dos dois países, que decidiam se aprovavam ou se rejeitavam os pedidos de cooperação dos Estados brasileiros.

Essa estrutura desnudava as relações estabelecidas no âmbito do programa, muitas vezes assimétricas, marcadas por subordinação e dominação vivenciadas pelos técnicos e diretores brasileiros por parte dos norte-americanos. Nesse sentido, havia uma ausência de autonomia brasileira para gerir seus programas e projetos que estavam sob o controle e a fiscalização dos norte-americanos em todo o território nacional (JOSEPH, 2006, p. 5).

O quadro a seguir mostra a configuração do Escritório, o qual contava com seis funcionários atuando em seções estratégicas de controle do programa no ano de 1955:

Quadro 1. Funcionários norte-americanos do Ponto IV - 1955.

| Nome | Ano | Função |
|-------------------|------|--|
| William E. Warner | 1955 | Diretor da Missão – USOM-Brazil |
| Julean Arnold Jr. | 1955 | Chefe de Planejamento – USOM |
| Apolônio Salles | 1955 | Diretor Brasileiro |
| Lewis H. Earl | 1955 | Chefe de Planejamento Assistente |
| Raub Snyder | 1955 | Co-Diretor – Escritório Técnico de Agricultura |
| E. Ross Jenney | 1955 | Chefe da Missão da Divisão de Saúde, Bem-Estar e Habitação |
| Elias Esquenazi | 1955 | Chefe de Secretaria - Brasil |
| Lavinia Keys | 1955 | Não informado |

Fonte: Relatório de Coordenação do Programa de Cooperação - Ponto IV.

Em 1959, com o avanço das ações do programa e as consequências da Revolução Cubana nas relações internacionais, percebemos uma atenção maior dos Estados Unidos para com o Brasil. Nesse momento, é criado o Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos do Ponto IV, por Decreto de n.º 45.660, de 30 de março de 1959, abrangendo cinco setores: saúde, educação, agricultura, assuntos diversos e administração geral, com sede no prédio do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro (BITTENCOURT, 2018, p. 111).

Concordamos com Bittencourt (2018) quando considera a criação desse escritório uma estratégia de interferência externa nas atividades brasileiras, tendo em vista o cenário internacional de acirramento da Guerra Fria no final da década de 1950. As atas de reunião do Escritório do Ponto IV e a *United States Operations Mission to Brazil-USOM/Brazil* dão conta de que a entidade constituía um protótipo do que posteriormente seria a USAID em 1960, e, naquele contexto, estruturava-se como ajuda externa.

Das finalidades do Escritório, havia uma “[...] continuidade no auxílio aos técnicos brasileiros no estabelecimento de prioridades e na elaboração de projetos sob supervisão direta dos norte-americanos”, sinalizando uma interferência direta no estabelecimento de prioridades e na elaboração de projetos do Brasil (BITTENCOURT, 2018, p. 112).

Não havia, portanto, autonomia no desenvolvimento dos projetos. Inclusive, as ideias formuladas por técnicos brasileiros eram submetidas ao argumento de autoridade norte-americano, o que configurava controle político e ideológico estrangeiro em solo brasileiro, com a aquiescência do governo federal.

As propostas de cursos de formação técnica para os brasileiros, ministradas por especialistas norte-americanos, bem como o controle fiscal do que era gasto nas atividades, eram definidos pela diretoria dos EUA. O acesso total às informações e documentos oficiais brasileiros demonstram o nível de interferência.

Em nosso entendimento, essas práticas confirmavam o processo hegemônico norte-americano configurado pela violação da soberania nacional defendida na Constituição Federal, e, até certo ponto, uma naturalização dessa interferência por parte do diretor do Escritório brasileiro, Apolônio Sales:

Todos reconhecem a generosidade do auxílio americano através do Ponto IV e assim sendo, desde que os Estados Unidos tem a responsabilidade da contribuição financeira, devem ter também a autoridade de decidir onde aplicar essa contribuição (RELATÓRIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 1957, p. 12).

Com efeito, não havia generosidade nessa assistência técnica. O que havia era uma adequação aos interesses econômicos estadunidenses e de governantes dos estados vinculados ao programa. O Brasil submetia-se à perda da sua autonomia para gerir os projetos e recursos do Ponto IV, assumindo uma postura subserviente e mantendo a cooperação que possibilitava a interferência estrangeira de áreas estratégicas essenciais, visando ao alcance do crescimento econômico e à manutenção do poder.

Consideramos esse movimento de interferência norte-americano da década de 1950 ocorrido no Brasil como sendo um processo hegemônico que vai perdurar até os anos 1970, como observa Antônio Gramsci, vinculado à supremacia de um determinado grupo social e, portanto, manifestando-se de dois modos: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”, e entendida como a sua realização (GRAMSCI, 2002, p. 62).

No tocante às Relações Internacionais e à hegemonia norte-americana, Gramsci analisa o cenário a partir dos acontecimentos do fim da Primeira Guerra Mundial e considera os EUA como árbitro das finanças mundiais, desvelando um processo hegemônico e a sua afirmação política (GRAMSCI, 2011, p. 131).

Entendemos que, nos anos 1950, esse movimento desloca-se da Europa e concentra-se na América Latina; com o acirramento da Guerra Fria, reveste-se na proposição de ajuda externa através de programas de assistência técnica. A educação será um importante instrumento para o alcance do desenvolvimento, consubstanciado pelas recomendações dos organismos internacionais e pela referência do modo de vida americano, *American way of life*, amplamente propagado na década de 1950 (GRAMSCI, 1999, p. 56).

Para analisarmos esse processo, precisamos ter em vista as relações de força e de consenso da sociedade brasileira, levando em conta seus vários níveis, a começar pela pressão e correlação de forças internacionais, bem como da elite brasileira, cujo grupo ansiava pela ascensão do Brasil-Potência. Assim, concebemos tal processo hegemônico instituído pelos Estados Unidos, na década de 1950, tendo como marco a assinatura dos acordos bilaterais e a implementação da política de assistência do Ponto IV no Brasil.

Para Gruppi (1978, p. 11), essa questão configurava-se em um projeto hegemônico associado a uma determinada direção política moral, cultural e ideológica, tendo, inclusive, a percepção de que se tratava de uma ação para alcançar não somente a estrutura econômica, mas a organização política de uma sociedade, em especial, o seu modo de pensar.

Esse processo influenciou sobremaneira a educação, considerada uma área estratégica da formação profissional e técnica do país, e se coaduna nos anos 1950 com a política de desenvolvimento e dominação a partir de dois mecanismos: o americanismo e o fordismo. Na visão de Gramsci (2015, p. 241), trata-se da “[...] passagem de um sistema econômico individualista para uma economia em certa medida programática, tendo como exemplo a moderna forma de produção de Henry Ford, um modelo de desenvolvimento a ser seguido”.

Vale salientar que o governo brasileiro ansiava pelo avanço do desenvolvimento e o programa norte-americano acenava como um meio possível para se alcançar o progresso. Para tanto, as bases do programa foram delimitadas para a execução de projetos e executadas pela via de intercâmbio de métodos e conhecimentos técnicos norte-americanos, com a aquiescência do MEC e do governo federal.

Cooperação Técnica em Áreas Estratégicas

Nos anos 1950, o binômio *educação e desenvolvimento* foi colocado como o eixo das políticas de modernização para a América Latina. O Brasil não ficou de fora desse processo, e a construção da política desenvolvimentista pôs em evidência os problemas educacionais brasileiros, inclusive, os altos índices de analfabetismo da população.

Dessa forma, ações foram realizadas com o intuito de minimizar os conflitos sociais que se ampliavam, e como tentativa de sanar os problemas que interferiam na formação técnica e na qualificação da mão de obra, a fim de permitir avanços no campo da pesquisa, da ciência e da industrialização.

Nessa perspectiva, a política educacional passou a ser pensada como parte de uma orientação global no âmbito da economia e como política pública, atuando no apaziguamento da correlação de

forças que se antagonizavam no país, em busca da resolução de seus interesses. O programa de assistência norte-americano foi administrado por uma agência especial do Departamento de Estado e, a partir de 1953, fundiu-se com os demais programas que tinham como propósito oferecer ajuda externa aos países subdesenvolvidos (RELATÓRIO DA USAID, 1967, p. 8).

Dentre as consequências da interferência norte-americana na implementação do Programa Ponto IV, estavam a concentração de projetos e investimentos nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, bem como a delimitação dos recursos financeiros. Essa concentração de projetos em uma determinada região impossibilitava o desenvolvimento de ações em regiões mais necessitadas, como o Norte e o Nordeste.

As áreas contempladas pelo programa foram: a Escola de Administração de Empresas em São Paulo, Centro Comercial e Industrial; Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa; Economia Doméstica; Administração Pública em Belo Horizonte, com a assistência de um professor norte-americano durante um ano (RELATÓRIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 1957, p. 12).

Essa concentração de projetos não foi uma escolha aleatória ou falha no gerenciamento do programa. Havia uma intencionalidade em investir em determinadas áreas do país que pudessem alcançar níveis de desenvolvimento compatíveis com a política econômica vigente.

Não obstante, o Ponto IV foi alvo de críticas por parte da imprensa e pelos governantes das demais regiões, que almejavam a implementação de seus projetos, levando o diretor norte-americano a reconhecer que as maiores necessidades estavam na área educacional básica das Regiões Norte e Nordeste, consideradas subdesenvolvidas. Essa postura demandou uma reavaliação das ações do programa no Brasil.

Com o propósito de sanar as dificuldades na implementação dos projetos e manter boas relações, os Estados Unidos orientaram a criação de um Centro Regional de Planejamento localizado no estado da Bahia (RELATÓRIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 1957, p. 13).

A criação de uma estrutura de formação de nível superior que foi mantida até a década de 1970 constituía uma interferência direta na formação acadêmica, com imposição de ideias e concepções norte-americanas, tendo em vista a presença constante de professores visitantes, técnicos e especialistas de diferentes áreas do conhecimento, vindos das Universidades de Michigan, Califórnia, para as universidades de São Paulo, da Bahia e do Rio Grande do Sul, espaços de referência na formação técnica daquele período.

Alguns convênios formulados pelo MEC com os estados visavam ao aperfeiçoamento de professores primários e ao financiamento de ações educacionais. Muitos desses convênios foram implementados com a ajuda do Programa Ponto IV, a exemplo do Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAE), implementado em 1956 com a função de formar educadores no Brasil e nos Estados Unidos, além de fomentar a organização e a publicação de material didático para escolas normais e primárias (CATÁLOGO DE ACORDOS, 1957, p. 16).

Observando as diretrizes do Ponto IV e os projetos implementados no Brasil, identificamos, em certa proporção, um interesse na área da administração, o que justifica a criação da Fundação Getúlio Vargas como um marco para o desenvolvimento na área de administração do Brasil, formando especialistas através de intercâmbio com os estados brasileiros, assim como a fundação da Escola de Aparelho Público do Departamento Administrativo e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

Nesse circuito, também foi contemplada a formação técnica e profissional voltada para o setor industrial. Daí o interesse em concentrar recursos e projetos em áreas do Sul e Sudeste próximas de cidades com matéria-prima e mão de obra minimamente qualificada. O estímulo aos movimentos sindicalistas também esteve presente nas proposições do programa de educação, ofertando formação para o campo.

A validação do conhecimento produzido naquele contexto viria pela contribuição dos professores norte-americanos, tidos, por algumas lideranças políticas, como referência de progresso e conhecimento científico, em detrimento da produção nacional. Esse fato gerou descontentamento de grupos nacionalistas que colocavam em xeque os reais objetivos da assistência norte-americana.

Além do mais, os termos dos acordos estabelecidos constituíram-se como tentativas de impor as diretrizes que convinhassem aos interesses estadunidenses no país. Esse padrão vai se repetir na década de 1960, com a consolidação da Aliança para o Progresso e os Acordos MEC-USAID, especialmente no que se refere à formação de mão de obra qualificada para a indústria nacional.

O avanço da industrialização no Brasil direcionou, em certa medida, alguns projetos do Ponto IV, com a criação do Centro Nacional de Treinamento de Professores para o Ensino Industrial em Curitiba, bem como a Campanha de Formação de Geólogos promovida por professores norte-americanos.

O intercâmbio também se configurou em uma estratégia do governo norte-americano para divulgar sua experiência no campo formativo. Em 1954, o Brasil passava a ser o signatário da Convenção Cultural Interamericana, atuando como anfitrião de encontros culturais e intercomerciais.

Entre os anos de 1949-1962, mais de 968 brasileiros participaram do programa de intercâmbio estudantil administrado pelo U.S. Departamento de Estado sob o financiamento da Fulbright e Smith-Mundt. Em contrapartida, apenas 117 cidadãos norte-americanos vieram estudar no Brasil. (Section 43, p. 1963, p. 8).

Entre os anos de 1952-1953, o intercâmbio de estudantes brasileiros se intensificou, como podemos evidenciar no Quadro 2:

Quadro 2. Estudantes brasileiros nos Estados Unidos.

| ANOS | TOTAL |
|-----------|-------|
| 1952-1953 | 618 |
| 1953-1954 | 527 |
| 1954-1955 | 507 |
| 1955-1956 | 496 |
| 1956-1957 | 524 |
| 1957-1958 | 579 |
| 1958-1959 | 560 |
| 1959-1960 | 473 |

Fonte: Dossiê Section 43 – Laboratório do Tempo Presente – UFMG.

Os intercâmbios eram realizados com bolsas educativas especiais fornecidas pela missão de operações da USOM-Brasil, como parte de projetos de assistência através da AID; fundações privadas como a Fundação Rockefeller e a Fundação Kellogg; universidades norte-americanas e escolas técnicas. Os campos de estudos mais procurados eram: agricultura, administração de negócios, educação, engenharia, medicina, física, ciências naturais e ciências sociais.

O Programa de Cooperação Técnica para a Educação Profissional foi estabelecido em 1950 e voltou-se para a melhoria do método de ensino e para a qualificação profissional em 23 escolas industriais e técnicas brasileiras (RELATÓRIO DE COORDENAÇÃO DO PONTO IV, 1957, p. 25).

No âmbito do Programa AID, cinco professores da área de *design* e tecnologia de máquinas nucleares foram designados para o Instituto Aeronáutico de Tecnologia de São José dos Campos, a fim de desenvolverem cursos de graduação em ciência e engenharia. Outros projetos que envolviam o ensino superior incluíam o intercâmbio de estudantes nas áreas de economia, sociologia rural e geologia.

No ano de 1956, estavam em andamento no Brasil, de acordo com o Relatório da Coordenação do Programa Ponto IV, projetos vinculados às seguintes áreas: saúde pública e saneamento; agricultura; educação; educação industrial; transportes; administração pública e empresas. Esses projetos viabilizavam a presença de técnicos e professores norte-americanos nas universidades e escolas técnicas, bem como a concessão de bolsas de estudos para os Estados Unidos.

Outras instituições também se beneficiaram dos projetos desenvolvidos, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP), que, na década de 1950, recebeu professores de diversos estados brasileiros para participarem de intercâmbio na área de administração de empresas e em cursos de educação.

As minutas dos acordos e dos programas em execução, as prorrogações das propostas aprovadas e os encaminhamentos de execução demonstravam o sentido geral do programa e sua destinação, que, em essência, consistia em auxiliar as regiões subdesenvolvidas. Tal assertiva pode ser identificada a partir das propostas aprovadas para a área educacional em 1955, conforme demonstrado no Quadro 3:

Quadro 3. Propostas aprovadas em outubro de 1955.

| Identificação das Propostas | Descrição |
|-----------------------------|---|
| 12-77-035 | Estabelecimento de Institutos de Administração Pública. Criação de Centros de Treinamento e Pesquisas da Administração Pública. |
| 12-65-032 | Extensão do Programa de Ensino Secundário. |
| 12-41-028 | Incentivo à participação do trabalhador. Treinamento nos Estados Unidos para jovens líderes do Movimento Sindicalista para se aperfeiçoarem nas técnicas de organização, negociações e relações entre patrões e empregados na formação de sindicatos livres, independentes e democráticos. |
| 12-82-012 | Fortalecimento e Desenvolvimento dos Programas das Escolas de Serviço Social. |
| 12-69-036 | Educação Geral – Prover um Diretor Técnico em assuntos de Educação nos quadros da USOM, cooperando e prestando assistência no que se refere a planejamento, organização, direção e coordenação, e avaliação de programas educacionais (Educação de Base, Rural, Vocacional, Secundária e Superior). |

Fonte: Relatório da Coordenação do Programa de Cooperação Ponto IV.

Os resultados dessas propostas identifica-os como insatisfatórios, mediante o desenvolvimento da industrialização nacional naquele contexto. O alcance de níveis de progresso ansiados pelo governo brasileiro e a preocupação do Escritório do Ponto IV com o avanço do movimento sindicalista levaram a USOM/Brasil a reavaliar a forma de implementação dos programas educacionais, tendo em vista que, no contexto em questão, a educação se revelava um instrumento possível para os fins estabelecidos, tanto pelo governo brasileiro, quanto para os interesses dos Estados Unidos.

O apoio financeiro do Ponto IV para o Brasil entre 1955-1959 consistia na construção de prédios escolares e no aporte de recursos de fundos educacionais, vinculados ao INEP e ao CBPE. Esse aporte consistia em um dos principais objetivos das operações federais na educação.

Esse aporte financeiro foi incluído no orçamento do programa de 1956, pelo diretor da missão da USOM-Brasil, Sr. William E. Warner, no valor de US\$ 3.399.500 (três milhões, trezentos e noventa e nove mil e quinhentos dólares), e verbas dotadas no valor de US\$ 1.731.000 (um milhão, setecentos e trinta e um mil dólares) (RELATÓRIO DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA PONTO IV, 1957, p. 12).

A justificativa para a disposição desses recursos do diretor norte-americano estava sintonizada com a ideia do Departamento de Estado sobre a educação brasileira e presente no Dossiê *Section 43*, especificamente sobre o conteúdo geral da instrução, a saber:

o conceito educativo moderno de desenvolvimento integrado com a vida nacional era uma meta social, presente nos círculos educacionais brasileiros. Há um pensamento avançado presente no professor, bem como nos cursos de formação, nas revistas educacionais e nos livros didáticos. No entanto, tais princípios não afetam a prática educacional em geral. Há uma rígida uniformidade no currículo, é a regra, seja no ensino primário, secundário ou superior. Um programa de disciplinas prescritas juntamente com exames exaustivos, muito parecido com o que prevalece na virada do Século, continua a dominar a cena, embora na última década muita atenção tenha sido dedicada à filosofia e à prática educacional mais liberal pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais – INEP e pelo Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional. Acerca dos resultados efetivos tem sido muito lento. (SECTION 43, 1963, p. 40).

O governo norte-americano considerava que o desenvolvimento do ensino técnico e profissional no pós-guerra abriria caminho para o progresso e o crescimento econômico, favorecendo uma educação que estivesse atenta à aplicação prática e à experimentação. Todavia, na realidade, a proporção de estudantes que buscavam o ensino profissional era gradualmente reduzida.

Em compensação, o prestígio social ligado à aprendizagem acadêmica e às profissões resistiram a essa tendência, o que podemos perceber na atenção a na organização escolar, no currículo das escolas primárias e nos recursos disponíveis, os quais

[...] eram bastante uniformes, com poucas variações, e as principais diferenças acerca dos recursos disponíveis para o apoio à educação variava de estado para estado, bem como para as comunidades rurais e urbanas, assim como entre as escolas públicas e privadas (SECTION 43, 1963, p. 44).

Em 1957, o INEP e o CBPE formularam o Projeto CBPE-1957, que foi implementado pela cooperação técnica e financeira do Ponto IV. Os órgãos sob a direção de Anísio S. Teixeira e Péricles Madureira de Pinho realizaram, respectivamente, uma série de palestras sobre filosofia da educação, ministradas por George S. Counts, professor emérito da *Columbia University* de Nova York. As palestras foram direcionadas para professores brasileiros.

A participação do Ponto IV também esteve presente no pagamento das despesas de viagens do professor visitante, bem como de especialistas em educação norte-americanos visitantes de centros de pesquisa e universidades brasileiras. A interlocução de Anísio Teixeira com o *International Institute do Teachers College* facilitou o intercâmbio e a realização de atividades com os Estados Unidos.

O palestrante considerado, à época, uma referência mundial nas pesquisas sobre problemas educacionais elaborou palestras assim intituladas: *Educação e civilização*; *A educação e a revolução tecnológica*; *Educação e os fundamentos da liberdade*; *O espírito da educação nos Estados Unidos*.

Em nosso entendimento, o Projeto CBPE-57 seria um meio de influenciar a formação dos educadores brasileiros a partir da recomendação de modelos de ensino e ideias formuladas pelos educadores norte-americanos, durante as palestras e cursos recorrentes promovidos pelo MEC nos anos 1950, bem como um reflexo da formação que Anísio Teixeira recebeu nos Estados Unidos nos anos 1930.

Lembremo-nos de que Anísio Teixeira era um admirador da cultura norte-americana, vivenciando, na década de 1930, um intercâmbio na Faculdade de Educação, *Teachers College*, Universidade de Columbia, Nova York, cuja experiência influenciou suas práticas profissionais nos serviços de educação no Distrito Federal (ROCHA, 2016, p. 35).

A correspondência enviada em 25 de fevereiro de 1957, escrita por Anísio Teixeira e endereçada ao professor Counts, nos traz nuances de uma proposta de educação mais racional, moderna e brasileira, sintonizada às concepções norte-americanas.

Penso em abordar a educação como o problema do homem, tendo como referência o livro: ouse as escolas construir uma nova ordem social? e reescrever a mesma hipótese à luz da sociedade. Não deve ser a educação diante do desafio soviético, mas a educação antes, o medo ou o espírito defensivo, desafiar a educação antes do desafio da ciência e a educação antes do desafio da organização. Se pudéssemos encontrar uma maneira de voltar para a fé fundamental e sincera no homem dos países americanos, apesar de tudo o que aconteceu, está acontecendo e talvez vai acontecer, isso será algo como redescobrir o caminho humano. Desculpe-me por minhas ambições, algo relacionado a essas ideias seria bastante inspirador para uma nação que está em seu caminho para o desenvolvimento em condições tão agitadas, como é o nosso Brasil. (INEP, 1957, p. 7).

As palestras foram realizadas nos centros de referência do Programa Ponto IV, recebendo crítica da *Revista do Serviço Público*:

[...] ao mesmo tempo que impunha ordem às tentativas anteriores de igual natureza, viria projetar um dos mais fecundos sistemas de entendimento brasileiro-americano polarizado para o objetivo comum de nosso desenvolvimento nacional. (REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1959, p. 36).

Alguns desses programas de menor proporção relacionados à educação nacional e à política de desenvolvimento foram estimulados, tais como: o desenvolvimento de comunidades; turismo; comunicações audiovisuais; energia nuclear; treinamento aerofotogramétrico; Conselho Regional de Desenvolvimento; Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e órgãos vinculados diretamente ao Programa do Ponto IV.

Alguns desses programas foram utilizados na alfabetização de adultos, a exemplo da experiência em educação de adultos da Arquidiocese de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Essa experiência serviu de modelo para os demais estados brasileiros e valeu-se do ideário de desenvolvimento de comunidades e

das orientações e encaminhamentos organizacionais da Campanha Nacional de Educação Rural (PAIVA, 2014, p. 20).

No que se refere ao programa de comunicação, buscou-se manter a colaboração com a CNER, no estabelecimento de um Centro de Treinamento para técnicos em produções de audiovisual e um Centro Piloto Regional para treinamento de professores e pessoal qualificado.

Em 1958, o Programa Ponto IV havia intermediado no Brasil “[...] 127 projetos administrativos, 293 bolsistas brasileiros em intercâmbio nos Estados Unidos, 143 técnicos americanos estiveram no Brasil”, com um investimento superior a 8 milhões de dólares, incluindo o Programa de Erradicação da Malária (REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1959, p. 44).

Analisando os projetos e o elevado número de dois mil brasileiros que receberam treinamento nos Estados Unidos vinculados a setores estratégicos e à educação, podemos depreender que o treinamento especializado de técnicos brasileiros representava a consolidação do Programa do Ponto IV, incorporando uma estratégia para acelerar o desenvolvimento do país, sob a tutela do capitalismo norte-americano.

Em consonância com a fala de Joseph (1998, p. 15), trata-se de “[...] interpretar o processo no qual pessoas, objetos, instituições e símbolos estrangeiros foram recebidos, respondidos e apropriados por locais, em um marco de relações assimétricas de poder”.

A contribuição dessa formação vinculada ao intercâmbio de ideias e sistemas oriundos das experiências nos Estados Unidos justificava-se pela intencionalidade em vender uma imagem do país como uma referência nas áreas de produção de conhecimento, tecnologia e ciências, confirmando o foco na formação e no aperfeiçoamento.

A influência norte-americana na formação educacional brasileira advém, em nosso entendimento, de uma tradição da elite brasileira, ou, segundo Dávila (2006), da importação de ideias que estruturavam suas instituições, bem como do desejo das elites e instituições dos estadunidenses de exportarem seu pensamento educacional e científico-social. O autor considera a tomada de empréstimo e o uso das técnicas dos norte-americanos, por parte do governo brasileiro, sem o devido cuidado com as especificidades de cada região.

Dito isto, os órgãos vinculados ao MEC tentaram conduzir a cooperação técnica e a assistência financeira do Programa Ponto IV, priorizando o intercâmbio de professores e técnicos, na tentativa de recuperar as falhas na formação técnica e profissional brasileira, com vistas à formação de uma mão de obra qualificada para acelerar a industrialização.

Considerações Finais

O Programa Ponto IV foi considerado, por alguns políticos, educadores e intelectuais como um instrumento de controle político e ideológico dos Estados Unidos sobre o Brasil. Argumentavam os críticos do programa que os planos elaborados não aproveitavam os técnicos brasileiros, mais afeitos aos problemas nacionais.

As críticas davam conta das exigências descabidas, feitas pelo governo norte-americano, quanto ao controle fiscal dos recursos aplicados nos projetos e a liberação do acesso das informações oficiais.

Finalmente, denunciavam a forma como os acordos forçavam o governo brasileiro a comprar material norte-americano, chegando a declarar que esses acordos constituíam um atentado à segurança nacional (CPDOC-PONTO IV, 2020).

Em certa medida, o Programa Ponto IV fortaleceu as relações internacionais dos Estados Unidos na América Latina, particularmente com o Brasil. Além disso, conjugou metas governamentais vinculadas ao objetivo comum de desenvolvimento social e econômico da nação. Nesse sentido, o governo brasileiro esperava maior participação do programa, sobretudo em projetos de desenvolvimento regional, ao comparar os recursos aplicados pelo Plano Marshall na recuperação de países da Europa do pós-guerra.

Compreendemos que tanto os sistemas de cooperação multilateral/bilateral, bem como a Operação Pan-Americana e o programa bilateral do Ponto IV, vinculavam-se às Relações Internacionais entre os Estados Unidos e o Brasil, convergindo para o incentivo do progresso tecnológico e científico de nosso país.

No tocante aos resultados desta pesquisa, compreendemos os contextos nacional e internacional em que o programa se estruturou, e entendemos como os governos brasileiro e norte-americano formularam os acordos considerando a estrutura política do país, a polarização decorrente da Guerra Fria e o seu acirramento com a Revolução Cubana na América Latina.

A presente discussão também propiciou a compreensão de que as diretrizes do programa de cooperação técnica e os encaminhamentos para a área da educação básica, técnica e industrial confirmam a política de influência utilizada na educação através do intercâmbio de especialistas norte-americanos atuando em diferentes áreas, desvelando, dessa forma, as relações internacionais e a intencionalidade dos Estados Unidos em aplicar seu projeto hegemônico no Brasil.

Fontes documentais

BIBLIOTECA ROOSEVELT - Franklin D. Roosevelt Library. Disponível em: <<http://www.rooseveltlibrary.gov-online-collections/cartaatlantica>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BIBLIOTECA TRUMAN - Harry S. Truman Library. Disponível em: <www.trumanlibrary.gov-online-collections/point-four-program>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 45.660**, de 30 de março de 1959. Senado Federal, 1959.

BRASIL. **Relatório USAID**. Ministério das Relações Exteriores, 1967.

BRASIL. **Projeto CBPE – DEPS**, INEP, 1957.

CATÁLOGO DE ACORDOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – PONTO IV – Escritório do Governo Brasileiro, p. 4, 1957. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade - PROEDES, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Acervo documental do Professor Nilton Ferreira Bittencourt Júnior.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Disponível em: <www.fgv/cpdoc/acervo/verbete-tematico/pontoiv>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PROEDES. **Catálogo de Acordos de Assistência Técnica – Ponto IV** – Escritório do Governo Brasileiro, p. 4, 1957. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Acervo documental do Professor Nilton Ferreira Bittencourt Junior.

RELATÓRIO DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO, 1957 – Bases do Programa de Cooperação Técnica – Ponto IV.

RELATÓRIOS MINISTERIAIS - 1891-1960. Documentos Seriais do Poder Executivo do Brasil - Projeto de Materiais Latino-Americanos - LAMP - Centro de Bibliotecas de Pesquisa, CRL, Universidade de Chicago. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/105>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, v. 84, n. 3, julho, 1959, p. 40-44.

SECTION 43. **National Intelligence Survey Brazil** - Religion, Education and Public Information. Washington: Central Intelligence Agency - CIA, 1963. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/lhttp/>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

Referências

BEISIEGEL, C. de R. **Política e educação popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982.

BITTENCOURT JUNIOR, N. F. O pensamento americanista na educação brasileira: o projeto dos ginásios polivalentes (1960 – 1970). 2018. 530 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

DÁVILA, J. **Diplomacia de brancura**: política social e racial no Brasil 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FERREIRA, J. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

JOSEPH, G. **Close Encounters of Empire**: writing the cultural history of U.S. Latin American Relations. Durham: Duke University Press, 2006.

JOSEPH, G. Close Encounters: Toward a New Cultural History of U.S. Latin American Relations. In: JOSEPH, G. M.; LEGRAND, C. C.; SALTATORE, R. D. (Ed.). **Close Encounters of Empire**. Writing the Cultural History of U.S. Latin American Relations. Duke University Press, 1998, p. 13-14.

LIMA, J. M. de. **Taquei detefon nos brutos**: o Rio Grande do Norte em Campanha Política (1945-1955). Campina Grande: EDUFCEG, 2017.

PAIVA, M.a M. de. **Igreja e Renovação**: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1950-1965). Natal: EDUFRN, 2014.

PRADO, M. L. C. Ser ou não ser um bom vizinho: a América Latina e os Estados Unidos durante a guerra. **Revista USP**. Dossiê: 50 anos de fim da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28145/29956>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PRATT, M. L. **Imperial eyes**: travel writing and transculturation. NY: Routledge, 2003.

ROCHA, A. C. S. M. Experiências norte-americanas e projetos de educação no Distrito Federal e em São Paulo (1927-1935): Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías Alves e Lourenço Filho. 2016. 258 f. **Tese** (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

Submetido em: 22.01.2022

Aceito em: 31.08.2021